

A Coalizão Negra por Direitos, articulação nacional do Movimento Negro Brasileiro, composta por 294 organizações e coletivos de pessoas negras, apresenta neste documento suas contribuições temáticas ao Quarto Fórum Permanente de Pessoas Afrodescendentes.

- **Mulheres Negras na Diáspora**

Propomos analisar os impactos políticos, jurídicos, econômicos, sociais e culturais que moldam a trajetória das mulheres afrodescendentes, considerando as interseções entre racismo, sexismo, desigualdade econômica e territorialidade, assim como:

- Discutir e buscar estratégias de mudança para os fatores que confinam as mulheres afrodescendentes a trabalhos em setores precarizados e informais, sem acesso a direitos trabalhistas básicos, mesmo quando estas são altamente qualificadas profissionalmente;
- A abordagem dos crimes como tortura, tráfico de pessoas, crimes contra a liberdade e dignidade sexual, feminicídio, trabalho infantil e trabalho escravo, que afetam desproporcionalmente mulheres e meninas afrodescendentes;
- Os efeitos das políticas de austeridade nas vidas dessas mulheres, com foco nos baixos índices de desenvolvimento humano, e a proposição de políticas de reparação que combatam a desigualdade no acesso à educação, saúde, saneamento básico, habitação, trabalho e renda;
- Promoção de justiça fiscal, especialmente em relação à tributação desproporcional da renda de mulheres afrodescendentes;
- A reflexão sobre a sub-representação de mulheres afrodescendentes nos espaços políticos e de poder e a formulação de estratégias de proteção contra as ameaças e violências nesses espaços;
- O avanço do encarceramento em massa de mulheres afrodescendentes, no mundo, bem como alternativas de subversão destes dispositivos de controle social;
- O reconhecimento da organização política das mulheres afrodescendentes como agentes de transformação, desafiando os sistemas que perpetuam sua marginalização, bem como o fomento às iniciativas e mecanismos públicos e privados de incentivo à sua perpetuidade e sustentabilidade.

- **Memória e Reparação para pessoas afrodescendentes**

Considerando que a escravidão, o tráfico transatlântico, o colonialismo, a colonialidade e a discriminação racial são injustiças históricas que ainda afetam as comunidades afrodescendentes em várias partes do mundo, propõe-se:

- Explorar formas de reconhecimento oficial desses abusos históricos e de promoção de justiça de transição;
- Promover a discussão sobre justiça racial por meio do tripé: memória, verdade e reparação;
- Conhecer e fortalecer mecanismos de monitoramento e avaliação de políticas públicas, já existentes, para reparações em âmbito local, bem como ferramentas de internacionalização.

- **Infâncias Negras: Racismo, Psiquê e a construção de subjetividades na Diáspora Africana**

Para crianças afro-descendentes, o racismo e a discriminação racial influenciam profundamente sua percepção de si mesmas e do mundo. Reconhecer e entender tais especificidades faz-se fundamental para elaboração de políticas e práticas que respeitem e promovam o bem-estar destas crianças, e, conseqüentemente, de toda a sociedade. Abordar o tema de maneira sistemática e qualificada viabiliza ao Fórum à:

- Realizar diagnósticos e mapeamento experiências exitosas de combate ao racismo na infância e adolescência;
- Considerar que o público infante-juvenil afrodescendente é desproporcionalmente vítima de violência institucional, letalidade policial, ocupação ostensiva do estado e marginalização de territórios de maioria afrodescendente;
- Construir coletivamente protocolos e diretrizes que gradualmente minimizem os impactos psíquicos do racismo nas infâncias e adolescências.

- **Racismo Religioso**

Pessoas de religiões de matriz africana são constantemente atacadas, devido à intolerância e ao racismo, em razão da espiritualidade que professam. Assim, propõe-se:

- Mapear a atuação dos estados modernos, por meio de políticas públicas e do sistema de justiça, no enfrentamento à intolerância religiosa dirigido às religiões e religiosas/os de matriz africana e afro-ameríndia;
- Discutir responsabilização e reparação para promover e garantir proteção e defesa das liberdades e Direitos Humanos fundamentais desses segmentos, frente ao fundamentalismo religioso e a escalada de violências generalizadas.

Atenciosamente,

Operativa Coalizão Negra por Direitos

17/09/2024